SAMUEL DE ABREU MATIAS BUENO

Cognição e mérito na execução civil: técnicas e limites

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Associado Dr. Paulo Henrique dos Santos Lucon

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2017

SAMUEL DE ABREU MATIAS BUENO

Cognição e mérito na execução civil: técnicas e limites

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Processual, sob a orientação do Professor Associado Dr. Paulo Henrique dos Santos Lucon.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2017

AGRADECIMENTOS

A gratidão é uma das maiores virtudes que um ser humano pode carregar em seu caráter. A expressão da gratidão enobrece e eleva o espírito tanto de quem a exerce quanto de quem a recebe.

Felizmente, desde pequeno essa mensagem figura no seio da minha família e, bem por isso, a ela devo esse reconhecimento.

Ao meu pai, José Flavio, certamente o meu maior incentivador, agradeço absolutamente por todos os valores e lições que me foram passados desde o dia em que nasci até a noite em que os anjos o levaram. Tenho certeza que de algum lugar ele assiste o fechamento dessa empreitada acadêmica, e sorri. Quem é sempre lembrado nunca deixa de existir. À minha mãe, Marisa, agradeço pelo exemplo de força, perseverança, resiliência e cultura. Leitora insaciável, com ela aprendi o gosto pelo estudo e conhecimento. Aos meus irmãos Daniel e Mariana, agradeço pelo apoio incondicional e paciência com o irmão caçula. De certa forma, foram meus “segundos pais” e graças a eles eu pude assimilar antecipadamente muitas coisas da vida. Aos meus avós, obrigado pela referência como notáveis professores que foram.

À Andrea, a mulher da minha vida e dona do maior coração do mundo, agradeço por todo amor e carinho que recebo todos os dias. Pelo sorriso que me motiva e pelo abraço que me acolhe. Obrigado também pela compreensão com os recorrentes momentos de distância e ausência aos quais me submeti nos últimos três anos. Só ela poderia me dar tanta paz.

Aos meus amigos, os da infância em Taubaté e Ubatuba, os que fiz durante esses doze anos de vida paulistana nos mais variados ambientes de convívio, na faculdade, no escritório (à equipe da qual faço parte, fica aqui uma lembrança especial), no futebol, no GFC. Graças a Deus são tantos e tão queridos. Cada um faz parte de mim, de algum jeito. Se quem tem um amigo tem um tesouro, posso dizer que nesse aspecto sou muito, muito rico.

Ao amigo e colega Daniel Penteado de Castro, agradeço por dividir comigo a sua sabedoria teórica e prática sobre o Direito Processual Civil e por me servir de referência pessoal, profissional e acadêmica.

Ao estimado Professor Paulo Henrique dos Santos Lucon, devo enorme gratidão não só pelos preciosos conselhos e orientações que me nortearam ao longo dessa jornada, mas, também, pela confiança em mim depositada, pela inabalável disponibilidade e pela oportunidade de aprender e exercitar a honrosa tarefa de lecionar. Por tudo isso, tornou-se, para mim, exemplo a ser seguido.

Por fim, agradeço aos colegas (em especial ao João Pereira Monteiro Neto) e demais professores da Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, primeiro, por todo o saber compartilhado nas aulas, seminários e discussões e, segundo, pelos gestos de incentivo e auxílio.

*“Não sou nada. Nunca serei nada, não posso
querer ser nada. À parte isso, tenho em mim
todos os sonhos do mundo.”*

(Fernando Pessoa)

RESUMO

BUENO, Samuel de Abreu Matias. *Cognição e mérito na execução civil: técnicas e limites*. 228 p. Mestrado – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, 2017.

Este trabalho parte da premissa de que a proclamada efetividade do processo só é alcançada com a realização concreta do direito material no plano prático, o que na maioria das vezes não ocorre em razão das crises de adimplemento. Com isso, registra-se a importância da existência de um sistema processual capaz de eliminar tais crises, ao mesmo tempo em que se valoriza o abrandamento do rigorismo que antes existia acerca da separação estanque entre as fases de conhecimento e de execução. Assim, identifica-se a tendência irrefreável para a consolidação de um processo sincrético, cuja unicidade colabora para o ideal de efetividade. Sendo certo que o processo de execução deve respeitar o direito ao contraditório e considerando as várias modalidades de execução e as diversas espécies de defesa passíveis de serem manejadas pelo executado, é que se faz o estudo do que representa o objeto e o mérito da execução. No mesmo passo, são analisadas as técnicas e os limites da atividade cognitiva exercida pelo juiz nesse módulo processual, confrontando a necessidade de sempre conferir ao executado a possibilidade de se defender de execuções injustas, com a igualmente importante necessidade de se observar os institutos da preclusão e da coisa julgada, a fim de evitar desperdício de tempo e a prática de atos contraproducentes ao andamento do processo.

PALAVRAS-CHAVE: Cognição; mérito; execução; Direito processual civil.

ABSTRACT

BUENO, Samuel de Abreu Matias. *Cognition and merit in execution procedure: techniques and limits*. 228 p. Master's Degree – School of Law, University of São Paulo, Brazil, 2017.

This dissertation is based on the assumption that in order to ensure the effectiveness of the lawsuit it is required to bring the substantive law to the practical level, which in most cases does not occur due to default crises. Thereby, it is essential to have a judicial system capable of eliminating such default crises. At the same time, it is indispensable to enhance the mitigation of the system rules, which were much more demanding years ago, due to the old strict separation of the lawsuit in to two independent parts – pleading/discovery stage and enforcement of the court decision. Thus, it is possible to identify the unstoppable tendency to establish lawsuits in a single procedure (syncretic process), which contributes to the ideal of effectiveness. While the execution procedure must respect the adversary system, which includes the debtor's right to be heard, and considering the various types of execution and the various types of defenses that may be filed by the debtor, this material will study the object and the merit of the execution procedure. Simultaneously, this paper will analyze the judge's techniques and the limits of his/her cognitive activity in this execution stage. In this context, it will confront the debtor's right to be heard – with the intent to mitigate unfair executions – and the equally important necessity to comply with the concepts of estoppel and res judicata, in order to avoid losing time and counterproductive acts that affect the lawsuit's progress.

KEYWORDS: Cognition; merit; execution; Civil procedure.

SUMÁRIO

1	<u>INTRODUÇÃO</u>	15
1.1	Apresentação do tema	15
1.2	Encadeamento dos conceitos de cognição, mérito e execução	24
2	<u>EXECUÇÃO E TUTELA JURISDICIONAL EXECUTIVA</u>	29
2.1	Crises e tutelas - a pretensão executiva	29
2.2	Conhecimento e execução como fases de um processo	37
2.3	Títulos executivos	41
2.4	Eficácia das sentenças	58
2.5	Natureza da execução	69
3	<u>COGNICÃO JUDICIAL</u>	75
3.1	Conceito de cognição	75
3.2	Objeto da cognição	78
3.2.1	Pressupostos processuais	79
3.2.2	Condições da ação	81
3.2.3	Mérito da ação	85
3.3	Técnicas de cognição	86
3.3.1	Correlação entre as técnicas de cognição e os escopos do processo	91
4	<u>MÉRITO DO PROCESSO</u>	93
4.1	Conceito de mérito	93
4.2	Objeto litigioso e objeto do processo	96
4.3	Mérito como objeto de cognição judicial	103
5	<u>COGNICÃO E MÉRITO NA EXECUÇÃO</u>	107
5.1	Binômio cognição/execução	107
5.2	Contraditório e atividade executiva	115

5.3 Defesas do executado	120
5.3.1 Impugnação ao cumprimento de sentença	122
5.3.2 Embargos à execução	127
5.3.2.1 Observações sobre a execução de título extrajudicial	140
5.3.3 Exceção de pré-executividade	143
5.3.4 Defesas heterotópicas	152
5.4 Mérito na execução	157
5.5 Cognição na liquidação de sentença	167
5.6 Natureza da decisão extintiva da execução	185
5.7 Preclusão e coisa julgada na execução	189
5.7.1 Matérias de ordem pública	196
6 <u>CONCLUSÕES</u>	207
REFERÊNCIAS	215

1. INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação do tema

A sociedade reclama por um processo eficiente, que respeite as garantias constitucionais e permita, ao final, a prestação e a distribuição da tutela jurisdicional estatal como forma de pacificação social.

Nesse contexto, o processo civil se renovou para ganhar contornos que revelam a ideia de um processo sincrético, valorizando-se cada vez mais a efetividade como verdadeiro propósito a ser atingido, a fim de se alcançar e distribuir uma tutela jurisdicional quantitativa e qualitativamente adequada.

A necessidade de se dar uma resposta célere e, ao mesmo tempo, justa e eficaz ao jurisdicionado, fez surgir a tipificação de hipóteses em que o juiz deverá proferir decisões valendo-se de técnicas de cognição adaptáveis e aplicáveis a diferentes situações processuais e procedimentais.

Noutra ponta, as reformas legislativas realizadas no âmbito da execução civil ao longo dos anos não traduzem uma congruência de procedimentos, que hoje se afiguram fragmentados tanto pela atual sistemática processual quanto pela legislação extravagante.

As diferentes modalidades de atuação das partes no âmbito da execução sugerem diferentes espécies de cognição do juiz, fazendo surgir a dúvida entre as matérias e as pretensões que poderiam, ou não, ser objeto de alegação pelas partes e de enfrentamento pelo magistrado, a sugerir a utilização de técnicas cognitivas e o confronto entre princípios e institutos processuais para, de um lado, evitar execuções injustas e, de outro, impedir retrocessos na marcha do processo.

De fato, as reformas legislativas havidas ao longo dos anos – e as recentemente incorporadas com o advento do Novo Código de Processo Civil –, deram ao processo contornos de um cenário teatral, onde o palco se adapta à cena e seus atores, dispensando que a cada nova cena (ou fase), público e personagens tenham de se deslocar para uma nova sala, diante de um novo palco.

O chamado processo sincrético possibilita, sem prejuízo à autonomia entre a fase de conhecimento e a de execução, que estas etapas possam se desenvolver em um mesmo ambiente, conferindo dinamismo aos atos. A aglutinação de atividades processuais

cognitivas e executivas está longe de ser uma novidade, mas ganhou fôlego com as mudanças trazidas por meio da Lei 11.232/2005.

Referido dinamismo também se verifica – e se exige – em provimentos que, dadas as especificidades das pretensões materiais deduzidas, são lançados a partir de diferentes espécies de cognição judicial que, por seu turno, influenciam no grau de estabilidade de referidas decisões.

A par desses ideais, as novidades incutidas no âmbito da execução civil também se propuseram a seguir as diretrizes do resultado útil do processo. Contudo, o sistema ainda apresenta mecanismos fragmentados – ou assim chamados de microssistemas – e que, não raro, proporcionam situações contraditórias na medida em que, a depender da ferramenta de defesa a ser exercida pelo executado, a exemplo dos embargos à execução ou simples impugnação de um ato executivo instaurado por ocasião do cumprimento de sentença, diferentes espécies de cognição poderão ser exercidas pelo juiz.

O fato é que no arco da história, o processo civil brasileiro vem experimentando uma série de modificações. Nesta ordem de mudanças, a ideia de ordinarização, com observância formal ao máximo da segurança jurídica,¹ gradativamente cede espaço aos ideais de efetividade e celeridade, a reclamar pela existência de um processo sincrético onde as fases de conhecimento e execução se apresentam em um único palco de atos, com margens para diferentes espécies de cognição judicial.²

Estas espécies, por sua vez, encontram-se inseridas no direito à cognição adequada de acordo com as peculiaridades das pretensões materiais deduzidas em juízo,³

¹ Traduzida na ampla defesa, igualdade das partes e certificação de direitos em cognição ampla e exauriente, lembrando-se que na concepção de ENRICO TULLIO LIEBMAN, a certificação dos direitos nos casos concretos por si só representava uma utilidade juridicamente apreciável para se situar como objeto único de um processo: do processo de conhecimento (*Processo de Execução*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, p. 45).

² A cognição reside no ato de inteligência voltado a considerar, analisar e valorar as alegações e as provas produzidas pelas partes (WATANABE, Kazuo. *Da cognição no processo civil*. São Paulo: Perfil, 2005, p. 67). No mesmo sentido (DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de direito processual civil*, 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2009, p. 34, v. 3). Com definição semelhante, porém acrescentando que na cognição também se conjuga a atividade do juiz de formar juízo de valor acerca das questões suscitadas no processo (CÂMARA, Alexandre Freitas. *Lições de direito processual civil*, v. I, 11. ed. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2004, p. 271). Nas lições de GIUSEPPE CHIOVENDA, as atividades intelectuais que revestem os atos de cognição têm por objetivo aparelhar o julgador para decidir se a demanda é fundada ou infundada, a fim de declarar existente ou não a vontade concreta da lei (*Instituições de direito processual civil*, v. 1. Tradução de J. GUIMARÃES MENEGALE e notas de ENRICO TULLIO LIEBMAN. São Paulo: Saraiva, 1965, p. 174).

³ Mediante atos de conhecimento o juiz examina os argumentos e provas coligidas com vistas a formação do livre convencimento. É por meio da cognição que são verificadas as condições da ação, os pressupostos processuais e o próprio mérito da demanda (WATANABE, Kazuo. *Da cognição...*, p. 84), e isto, seja para a descoberta dos fatos, seja para a aplicação do direito. Em tempo, nas lições de ENRICO TULLIO LIEBMAN; "La

guardando relação com o princípio do devido processo legal, entendido como síntese das garantias da efetividade da jurisdição.⁴

Por seu turno, não se olvida que técnicas de cognição sumária, via de regra destinadas a resolver situações específicas, existam há milênios.⁵ Sem prejuízo, reafirma-se a tendência de seu fortalecimento notadamente no regime de tutelas de urgência e procedimentos especiais caracterizados pela absoluta sumarização.⁶

Hoje não se discute a legitimidade e a pertinência de tais técnicas. E isto porque, a despeito da formação do provimento jurisdicional prescindindo-se do contraditório, não se ignora nem se menospreza a garantia da possibilidade e oportunidade ulterior ao exercício da ampla defesa.⁷

Em compasso com o fluxo de alterações, perspectivas de novas reformas também se formaram durante a tramitação do Novo Código de Processo Civil, agora já em vigor. E ainda que seja prematuro, ousa-se anotar que certas propostas em verdade propagam a incorporação de antigas novidades⁸ como ocorre, por exemplo, com a ideia de estabilização da tutela antecipada a permitir que algumas liminares, naturalmente resultantes de cognição sumária, eventualmente se consolidem mesmo sem resolver em definitivo determinada crise de direito material.⁹

cognizione del giudice ha per necessità que oggetti diversi: l'accertamento dei fatti e l'applicazione del diritto. La prima di queste operazioni ha lo scopo di scoprire la verità relativamente alle circostanze di fatto rilevanti per la causa; la seconda ha lo scopo di scegliere le norme applicabili al fatto, interpretarle correttamente e ricavare da esse la regola giuridica concreta che lo disciplina a norma del diritto vigente" (*Lezioni di diritto processuale civile*, v. 2. Milano: Giuffrè, 1951, p. 35).

⁴ WATANABE, Kazuo. *Da cognição...*, p. 91.

⁵ Sobre a evolução da cognição e remissão histórica, vide: WATANABE, Kazuo, *Da cognição*, p. 62 e ss., e p. 135 e ss., e; SILVA, Ovídio A. Baptista da. *Curso de Processo Civil*. 6. ed. v. I. São Paulo: RT, 2002, p. 79 e ss.

⁶ Como ocorre, apenas para citar um exemplo, com o procedimento monitorio. A este respeito, vide: MARCATO, Antônio Carlos, *Procedimentos Especiais*. São Paulo: Atlas, 2004, p. 118 e ss., e; CRUZ E TUCCI, José Rogério. *Ação Monitoria*. 2. ed. São Paulo: RT, 1996, p. 47.

⁷ A garantia da ampla defesa não é desprezada, mas temperada com a garantia do acesso à ordem jurídica justa, que é a expressão máxima do princípio da inafastabilidade, o que recomenda as técnicas de celeridade para evitar ameaça ou lesão a possíveis direitos, notadamente os fundamentais, assegurando o cumprimento da prestação específica e não apenas seu equivalente monetário, como bem anota TEORI ZAVASCKI *Antecipação da tutela*. Rio de Janeiro: Saraiva, 1997, p. 64-65).

⁸ SILVA, Ovídio Baptista da. *A antecipação de tutela na recente reforma processual. Reforma do CPC* (Coord. Sálvio de Figueiredo Teixeira). São Paulo: Saraiva, 1996, p. 129-130.

⁹ PEREIRA, Alex Costa. *Tutela sumária – A estabilização da tutela antecipada e sua adequação ao modelo constitucional do processo civil brasileiro*. Tese de doutorado defendida perante a Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

Bem por isso, a segurança jurídica que antes se erigia sobre o alicerce da coisa julgada, típica dos provimentos de mérito frutos de cognição ampla e exauriente, passa a dialogar com o ideal de efetividade¹⁰ de modo assumir novos contornos, admitindo, assim, a formação da coisa julgada fundada mesmo no caso de um juízo formado em cognição sumária.¹¹

Sob este prisma, a delimitação do grau de estabilidade dos provimentos judiciais, por vezes caracterizados pela absoluta sumarização, e a consequente possibilidade de reexame e, eventualmente, de modificação destas decisões, é tema relevante na atual ciência processual.

Somam-se exemplos de processualistas e de precedentes que vêm admitindo a possibilidade de mitigação da autoridade da coisa julgada material,¹² sempre forte no argumento de que não se pode tolerar a eternização de injustiças, muito embora, por outro lado, haja a ressalva de que certas propostas de relativização – carentes de balizas limitadoras – podem dar azo à temerária eternização da insegurança jurídica.¹³

Neste ponto é que reside uma das questões a serem tratadas neste estudo, qual seja, a de analisar as diferentes técnicas de cognição judicial,¹⁴ fazendo a correspondência

¹⁰ Dentre as várias noções de efetividade processual, ficamos, por ora, com a ideia de que o processo deve servir como instrumento para a efetivação do “direito do autor que tem razão”, expressão da autoria de GIUSEPE CHIOVENDA segundo referido por LUIZ GUILHERME MARINONI (*Curso de Direito Processual Civil*. 6. ed. São Paulo: RT, 2007, v. 2, p. 235).

¹¹ Situação que ocorre, por exemplo, quando do julgamento antecipado fundado na revelia (quando não tenha havido nulidade ou falta de citação - CPC, art. 330, II), assim como quando homologada transação entre as partes. Ademais, diversos atos de disposição, independentemente do grau de cognição exercida, também fazem coisa julgada. É o que se verifica no reconhecimento do pedido e na renúncia do autor ao direito que se funda a ação. Nesse sentido, ocorre em relação ao julgamento antecipado na hipótese de a revelia não pressupor cognição exauriente e fazer coisa julgada material ou, a conversão do mandado monitório em mandado executivo quando não opostos embargos, ocasionando a aptidão para adquirir imutabilidade mediante juízo de cognição sumária (BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Tutela cautelar e tutela antecipada: tutelas sumárias e de urgência (tentativa de sistematização)*. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2009, p. 81).

¹² BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *Considerações sobre a chamada “relativização” da coisa julgada material*. In: *Temas de direito processual*. 9. série. São Paulo: Saraiva, 2007, pp. 235-265. Ainda, segundo citação feita por MARCELO JOSÉ MAGALHÃES BONÍCIO (*Proporcionalidade e processo: a garantia constitucional da proporcionalidade, a legitimação do processo civil e o controle das decisões judiciais*, São Paulo: Atlas, 2006, p. 99), quem primeiro abordou este tema foi JUAN CARLOS HITTERS, In: *La revisión de la cosa juzgada*, cuja primeira edição é de 1977.

¹³ PORTO, Sérgio Gilberto. *Cidadania processual e relativização da coisa julgada*. RePro 112/23-32. São Paulo: RT, 2003, p. 29.

¹⁴ Lembrando-se da proposta de KAZUO WATANABE acerca da diferenciação dos planos de cognição e suas extensões (*Da cognição...*, p. 127-144).

com os distintos graus de estabilidade dos provimentos decisórios frutos da utilização destas técnicas.

Também se pretende examinar as diferentes espécies de execução e das respectivas ferramentas processuais dispostas às partes, exequente e executado, para deduzirem suas pretensões, estudando-se, em seguida, os limites da esfera cognitiva judicial a ser exercida em cada espécie e momento da execução.

Por oportuno, cabe anotar que este estudo tratará também como “execução” o que a reforma processual trazida pela Lei 11.232/05 introduziu como “cumprimento de sentença”.

Neste pormenor, abriga-se do escólio de FLÁVIO LUIZ YARSHELL e MARCELO JOSÉ MAGALHÃES BONÍCIO eis que, nada obstante as mudanças repercutidas após cediça lei, a eventual situação de inadimplemento continua a exigir a atuação da sanção secundária, com a prática de atos materiais de invasão da esfera jurídica do devedor para, contra sua vontade, satisfazer-se o credor.¹⁵

Em continuidade, e novamente referindo-se à ordem histórica de sucessivas modificações legislativas, registra-se que o campo da execução civil também foi objeto de sensíveis mudanças estruturais¹⁶ que, por sua vez, ocasionaram variadas dúvidas aos intérpretes da lei processual, a acarretar inconsistências em termos de efetividade.

Neste trilho, encontram-se problemas tais como a fragmentação do sistema dada a sua diversidade de procedimentos,¹⁷ e a dúvida mesmo acerca dos mecanismos de defesa

¹⁵ YARSHELL, Flávio; BONÍCIO, Marcelo José Magalhães. *Execução civil: novos perfis*. São Paulo: RCS Editora, 2006, p. 17-18.

¹⁶ Uma didática retrospectiva histórica sobre o sistema brasileiro de execução civil foi apresentada por HEITOR VITOR MENDONÇA SICA, em relatório preparado para o I Congresso Argentina-Brasil de Direito Processual, apresentado na sede da Associação dos Advogados de São Paulo - AASP, em dezembro de 2012.

¹⁷ Diversidade saliente especialmente em matéria de execução por quantia, que apresenta ao menos nove regimes processuais distintos: a) execução fundada em título executivo judicial perante a “Justiça comum” (CPC, arts. 509 a 533 e, subsidiariamente, arts. 778 a 909; b) execução fundada em título executivo extrajudicial na “Justiça comum”; c) execução movida contra a Fazenda Pública (CF, art. 100 e CPC, art. 910); d) execução de verba alimentícia fundada em parentesco ou matrimônio (CPC, arts. 528-529, 911 a 913); e) execução fundada em título judicial perante o Juizado Especial Cível (art. 52 da Lei nº 9.099/95); f) execução fundada em título extrajudicial perante o Juizado Especial Cível (art. 53 da Lei nº 9.099/95); g) execução fiscal (Lei nº 6.830/80); h) execução quanto aos créditos laborais, perante a Justiça do Trabalho (CLT, arts. 876-892).

do réu em relação às execuções das obrigações hoje reguladas pelos artigos 497 e 498, e 536 e 537, do CPC.¹⁸

Igualmente, as diversas modalidades de execução também sofreram fortes alterações (inclusive no tocante às combinações entre as atividades cognitivas e executivas) e, bem por isso, uma análise mais acurada sobre o tema – notadamente sob a ótica das defesas do executado – se revela imprescindível aos propósitos do presente estudo.

Nota-se, a este respeito, que na sistemática original do Código de Processo Civil de 1973 havia um padrão uniforme a ser seguido. Em linhas gerais, o juiz realizava uma atividade cognitiva simplesmente superficial e sumária quanto aos requisitos gerais do título executivo ao que, em seguida, o réu era chamado para cumprir a obrigação. Ato contínuo, em caso de não cumprimento voluntário da obrigação, o réu já experimentava parte das atividades executivas, antes que pudesse apresentar defesa.¹⁹

Por seu turno, tal defesa tinha o condão de suspender a execução e, em sequência, o juiz exercia cognição exauriente.²⁰ Vale lembrar que esse é o modelo reproduzido e ainda praticado na execução fiscal (Lei nº 6.830/80).

Graças à criação doutrinária²¹ e jurisprudencial, esse modelo de correlação entre atividades cognitivas e executivas foi sendo moldado pela prática processual, que passou a permitir ao executado, por simples petição e antes mesmo da constrição ou do depósito, a dedução de matérias cognoscíveis de ofício, mormente aquelas concernentes a vícios do

¹⁸ No CPC/1973, havia resistência à aplicação subsidiária do Livro II – que prevê como instrumento de defesa os “embargos” –, de sorte que o Superior Tribunal de Justiça acabou por entender que o contraditório, neste microssistema, dar-se-ia sem forma ou figura de juízo. Não há dúvida que tal solução, embora louvável, causa insegurança tanto ao exequente, como ao executado. (REsp 654583/BA, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, j.: 14/02/2006, DJ 06/03/2006 p. 177). Hoje, o CPC expressamente determina, em seu art. 536, § 5º, a observância do procedimento da impugnação, previsto no art. 525.

¹⁹ Originalmente, o réu deveria garantir o juízo depositando a coisa ou quantia reclamada, ou nomear à penhora um bem que fizesse face à execução (de título judicial ou extrajudicial), antes que pudesse se valer dos embargos à execução, conforme expressa disposição do art. 737. Essa mesma lógica ainda vigora na execução fiscal (art. 16, caput e § 1º, da Lei nº 6.830/80). Somente na execução para obrigação de fazer ou não fazer é que se admitia os embargos mesmo sem qualquer providência prévia equivalente à garantia do juízo.

²⁰ No caso da execução fundada em título judicial, a cognição é exauriente na sua dimensão vertical, mas parcial porque aparentemente limitada horizontalmente a determinadas matérias, que vinham listadas no art. 475-L, do CPC de 1973 e hoje estão dispostas no art. 525, § 1º, do CPC vigente.

²¹ Atribui-se a PONTES DE MIRANDA a primeira proposição a respeito – *Parecer n. 95. Dez anos de pareceres*. v. 4. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975, p. 134.

título executivo. A este mecanismo de defesa, deu-se o nome de “exceção de pré-executividade”.²²

Com o passar do tempo, a jurisprudência se flexibilizou para permitir que a tal “exceção de pré-executividade” apresentasse, também, questões de direito material tais como o pagamento e a prescrição, desde que estas pudessem ser apreciadas pelo juiz sem a necessidade de uma “dilação probatória”, isto é, caso viessem acompanhadas de prova documental hígida e apresentada de imediato pelo executado.²³

Com isso, os tribunais deram a entender que a cognição havida no âmbito da exceção de pré-executividade se daria *secundum eventum probationis*, sendo certa a incidência de tal linha mestra mesmo nos casos em que a matéria alegada poderia ser conhecida de ofício, mas não prescindiria de provas que não a documental, pré-constituída.²⁴

Sem prejuízo desta ferramenta de defesa, por força da Lei 11.232/05, o CPC de 1973 continuou a condicionar a oposição do executado – chamada de “impugnação ao cumprimento de sentença” – à prévia intimação da penhora.

Noutro giro, na execução por quantia fundada em título extrajudicial, reformada pela Lei nº 11.382/2006, a oposição dos embargos passou a dispensar a prévia “garantia do juízo”. Como regra comum nas duas situações, restou consagrada a não suspensão “automática” da execução, tendo a lei conferido ao juiz o poder de tal providência nas hipóteses de relevância da fundamentação arguida pelo executado, somada ao risco de grave dano de difícil ou incerta reparação além de necessária garantia do juízo.²⁵

Tais observações, ora lacônicas, sinalizam certa desestruturação e contradição do sistema processual de execução civil e, ainda, sugerem ameaças à efetividade na medida em que geram insegurança em relação à ordem de andamento dos atos executivos.

A par dessas considerações e confrontando as duas premissas até aqui assentadas – a primeira referente às técnicas de cognição e seus efeitos e a segunda acerca da

²² Denominação que sofreu severas críticas, dentre elas, a de JOSÉ CARLOS BARBOSA MOREIRA (*Exceção de pré-executividade, uma denominação infeliz*. In: *Temas de direito processual*. 7. série. São Paulo: Saraiva, 2001, p. 120. Sobre o assunto, trataremos em pormenores adiante, no item 5.3.3, *infra*).

²³ Vide Súmula nº 393 do STJ: “A exceção de pré-executividade é admissível na execução fiscal relativamente às matérias conhecíveis de ofício que não demandem dilação probatória”.

²⁴ É o que se extrai de um dos precedentes que deram ensejo à edição da cediça Súmula nº 393 do STJ: AgRg no Ag 1060318/SC, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, j.: 02/12/2008, DJe 17/12/2008.

²⁵ CPC, arts. 525, § 6º e 919, § 1º.

sistemática do processo executivo –, igualmente poder-se-ia cogitar de insegurança jurídica (ou ao menos de incerteza jurídica)²⁶ caso, em sede de execução, fosse absolutamente vedada a discussão de questões anteriormente apreciadas mesmo que de forma rasa e estreita pelo juiz, e que poderiam (ou deveriam?) ser mais profunda ou amplamente examinadas no bojo dos diferentes procedimentos executivos.

Na linha deste raciocínio é que surgem alguns questionamentos: seria possível, justo e/ou seguro que, já no campo da execução, o devedor pudesse discutir questões lançadas no dispositivo da sentença como, por exemplo, o índice de correção monetária a ser aplicado nos cálculos da condenação? Poderia o executado deduzir defesa a fim de controverter a relação jurídica de direito material afirmada pelo exequente? Haveria espaço para o juiz, quando da liquidação de sentença, enfrentar argumentos tais como a inexistência de saldo ou até mesmo ausência de comprovação de titularidade de determinada conta-poupança, objeto de sentença de procedência já passada em julgado em ação que se pretende indenização devida em decorrência de expurgos inflacionários?

O que geraria mais insegurança, incerteza ou injustiça: abrir margens para a discussão e o exame de questões possivelmente já debeladas – cada qual em seu grau de cognição – ou superadas até a formação do título executivo, ou manter nítido equívoco em relação ao direito material substancial que fundamenta a pretensão executiva? Ou, ainda, conferir um cheque em branco para um pretense credor que não demonstra minimamente a existência de saldo em conta (ou mesmo a existência da própria conta) à época de planos econômicos, em ação em que se pleiteou pela indenização decorrente de incorreta aplicação de índices de correção?

E mais, qual situação poderia ameaçar a própria efetividade do processo e, em específico, da execução? É possível que, no campo da execução, o juiz exerça uma cognição mais profunda e/ou extensa sobre uma matéria anteriormente examinada, contudo, em planos mais estritos, ou superada pela simples ausência de controvérsia a seu respeito? Haveria espaço para o exame de matérias de mérito na execução? Aliás, há mérito na execução? Qual seria a técnica de cognição, também na seara da execução, a ser

²⁶ Distinguindo “certeza” de “segurança”, CARLOS AURÉLIO MOTA DE SOUZA (*Segurança jurídica e jurisprudência: um enfoque filosófico-jurídico*. São Paulo: LTr, 1996, p. 26): “A segurança vem das leis firmes que o Estado promulga para o bem dos cidadãos e da sociedade; e a certeza do sujeito advém do conhecimento dessas leis, da valoração de seu conteúdo (...) A segurança se traduz objetivamente (Direito objetivo a priori), através das normas e instituições do sistema jurídico (...) Já a certeza do direito (como um *posterius*) se forma intelectivamente nos destinatários destas normas e instituições (...) Certeza é confiança em algo que a Segurança projeta em cada um de nós: a Segurança externa nos dá Certeza interna.”

utilizada para o enfrentamento e, eventualmente, o reconhecimento de matérias de ordem pública?

Estes são apenas alguns dos questionamentos que, à luz do exame das diferentes latitudes e longitudes da cognição, suas técnicas e seus efeitos, confrontada com as diferentes espécies de execução em contexto com seus respectivos mecanismos de atuação processual das partes e do juiz, serão enfrentados no presente estudo.

Afinal, como enfatizou JOSÉ CARLOS BARBOSA MOREIRA, é falsa a ideia de que efetividade do processo é incompatível com as técnicas predispostas no ordenamento, pois, ao contrário, a técnica bem aplicada pode constituir instrumento precioso a serviço da própria efetividade.

Em arremate, a superação dos problemas clássicos do novo processo civil exige o manejo inteligente dos instrumentos técnicos, associado à ponderação dos valores sociais, políticos e econômicos em jogo.²⁷

Baseando-se no quanto sumariamente destacado acima, os seguintes questionamentos norteiam e justificam a razão de ser deste trabalho:

- (i) O que significa a atividade cognitiva do juiz e quais as modalidades de alcance horizontal e vertical ela pode apresentar?
- (ii) Quais os pontos que são objeto de cognição judicial?
- (iii) Há contraditório na execução?
- (iv) Há cognição na execução?
- (v) Há exame de mérito na execução?
- (vi) Qual a natureza da decisão que extingue a execução?
- (vii) Qual crise de certeza pode existir na execução?
- (viii) Qual a eficácia preclusiva no juízo exercido em execução?
- (ix) Qual o regime de preclusão e coisa julgada na execução;
- (x) Questões não apreciadas no processo de conhecimento, podem ser objeto de exame em sede de execução?
- (xi) É possível que, no campo da execução, o juiz exerça uma cognição mais profunda e/ou extensa sobre uma matéria anteriormente examinada, contudo, em planos mais estritos?

²⁷ BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *Efetividade do processo e técnica processual*. In: *Temas de direito processual*. 6. série. São Paulo: Saraiva, 1997, p. 17.

- (xii) Qual seria a técnica de cognição, também na seara da execução, a ser utilizada para o enfrentamento e, eventualmente, o reconhecimento de matérias de ordem pública?
- (xiii) Quais matérias podem ser alegadas pelo executado em cada modalidade de execução (plano horizontal de cognição) e qual a profundidade em que elas podem ser examinadas pelo juiz (plano vertical de cognição)?

Claramente não se pretende, todavia, formular uma resposta absoluta para todas estas questões, mas certamente lançar luz sobre esses temas tão interessantes é tarefa da qual nos incumbiremos de cumprir.

1.2 Encadeamento dos conceitos de cognição, mérito e execução

Ainda como forma de se apresentar o tema deste estudo de maneira a justificar a sua importância e, sobretudo, o pretexto de seu propósito, convém traçar breves linhas a respeito das três palavras-chave, por assim dizer, que encabeçam o seu título.

O sumário deste trabalho já denuncia que a conceituação individualizada dos elementos formativos de sua nomenclatura será realizada em tópicos e capítulos próprios, reservados a cada um deles.

Daí porque, ao menos por ora, será dispensado o exame mais aprofundado de suas definições, não se prescindindo das objetivas referências às suas respectivas características, mas com ênfase ao panorama de contextualização que seus significados, considerados em conjunto, representam como interessante matéria de estudo e, por consequência, de debates e problemáticas.

Embora ainda não haja vasta ou exaustiva literatura dedicada exclusivamente ao tema da cognição, não há dúvidas de que se trata de assunto de extrema relevância no sistema processual, especialmente por representar a identidade do assim chamado mais evoluído e importante dos processos, que é o de conhecimento, ou cognitivo.²⁸

Notadamente, foi a obra de KAZUO WATANABE que se firmou como ponto de referência na doutrina nacional sobre o assunto, tratando a cognição a partir das acertadas premissas da efetividade da tutela do direito e da instrumentalidade do processo,

²⁸ CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO, no prefácio da obra de KAZUO WATANABE, *Da cognição...*, p. 12.

integrando-se os dois planos em que se apresenta a ordem jurídica, planos estes concatenados no binômio direito-processo.²⁹

Afinal, se por considerável tempo se propugna por um processo que sirva de instrumento eficaz e eficiente para a tutela de direitos ou para a tutela de pessoas, certo é que a cognição, traduzida em atividade própria do Juiz como representante estatal, consiste em elemento indispensável para a consolidação de um sistema que tenha em vista o alcance de cediço escopo.

Como pontuado por DINAMARCO, não há processo sem decisão e não há decisão sem conhecimento.³⁰

Nesta ordem de ideias, vale dizer que a cognição, além de elemento imprescindível, como dito, é, acima de tudo, o ponto inicial de toda a atividade jurisdicional que, por sua vez, produz efeitos dentro e fora do processo, repercutindo sobremaneira nos interesses e na vida prática do jurisdicionado.

Seguindo neste mesmo percurso, é por meio da cognição que o juiz tomará conhecimento dos fatos deduzidos pelas partes em litígio, do respectivo enquadramento jurídico que, a princípio, por elas fora dado a tais fatos, das provas que evidenciem ou não a sua ocorrência para, assim, exercer a apreciação destes elementos dentro da ordem jurídica vigente de maneira a formar seu livre convencimento que, quando superadas questões excepcionais, revelará o julgamento do mérito da demanda.

Por certo, às partes em juízo e à sociedade como um todo interessa saber qual a resposta que o Estado dará para determinada crise jurídica que justificou a sua provocação, instrumentalizada em um processo, de sorte que o exame do mérito de referida crise de direito material, com o acolhimento ou rejeição do pedido deduzido por autor ou réu, representa a síntese ideal desta resposta.

E tamanha é a relevância deste ponto que, não por acaso, o sistema processual cuidou de distinguir situações em que há a análise do mérito da ação, daquelas em que isto não ocorre, havendo nítidas e bem definidas consequências entre essas duas possibilidades, e sobre as quais mais adiante serão feitas as oportunas considerações.

²⁹ *Da cognição...*, p. 107.

³⁰ *O conceito de mérito em processo civil*. RePro, v. 34, São Paulo: Revista dos Tribunais, abr./jun. de 1984, p. 74.

Deste modo, uma vez exercida a cognição e proferida a decisão judicial formada a partir daí, com o julgamento do mérito da ação, evidente que deve o mesmo sistema prover mecanismos para que a tutela jurisdicional até então prestada realmente se afirme no plano prático, com a devida integração do bem jurídico em questão em favor daquele que, no processo, fora identificado como seu justo merecedor.

E é neste momento que a execução se faz necessária sempre que o devedor não se dispuser a cumprir, por seus próprios atos, aquilo que foi decidido e, em essência, declarado pelo Estado em processo judicial.

A execução, em seu âmago, reúne as atividades conjuntas para a realização de uma vontade concreta da lei e, portanto, caracteriza-se essencialmente em atos de ordem prática e de interferência direta ou reflexa na esfera jurídica do executado, tudo a fim de dar ao exequente aquilo que foi pedido e acolhido no processo, pois só quando houver a real concretização destes atos e a consequente satisfação do credor é que se poderia, enfim, falar no efetivo exaurimento da atividade jurisdicional.

Dentro deste cenário é possível exercer um simples raciocínio lógico, qual seja, o de que a execução, no mais das vezes, exige um gasto de tempo precedente que lhe autorize e lhe dê legitimação.

E como visto, esse tempo, em essência, é gasto justamente na cognição judicial, a conduzir à primeira ideia de que, bem por isso, não deveria existir ou se admitir nova despesa temporal no processo executivo, sob pena de se retroceder na marcha processual com medidas contraproducentes e prejudiciais à efetividade do processo.

Por outro lado, é indiscutível que mesmo na fase de execução há situações em que o juiz é obrigado a dar pronunciamentos que vão muito além de meros despachos ordenatórios e, portanto, possuem eminente conteúdo decisório. Algumas dessas decisões têm base em elementos já identificados e examinados anteriormente, e outras são formadas por meio de cognição exercida, senão pela primeira vez sobre determinada matéria, mas com análise de elementos que possam denotar modificação dos fatos que haviam sido anteriormente apreciados, ou até mesmo por ocasião do maior ou menor grau de amplitude e profundidade em tenha se dado o anterior provimento jurisdicional.

Todas estas considerações, por ora brevemente lançadas, demonstram o quão interessante e relevante é o encadeamento destes três caracteres processuais: cognição, mérito e execução; a demonstrar a pertinência de sua interpretação conjunta e sempre

interligada neste trabalho. E com isso, acredita-se ter o terreno bem preparado para o desenvolvimento das demais ideias que serão colocadas ao longo deste estudo.

6 CONCLUSÕES

A título de encerramento, cabe apresentar as seguintes considerações conclusivas em atenção ao quanto foi exposto ao longo deste trabalho.

(I) as crises de direito verificadas em razão das crises de cooperação demandam o exercício da função jurisdicional estatal, que, em resposta a estes fatos sociais, fornece, para cada caso, a solução aplicável conforme a vontade abstrata da lei;

(II) entretanto, na maioria das vezes, a eficácia real decorrente da concretização da norma depende de atividades complementares para que seja realizada no plano prático, em razão da resistência ou mera inatividade de um sujeitos processuais, a configurar uma crise de adimplemento;

(III) esse dado é comumente percebido nos casos em que o processo de conhecimento demanda uma sentença de natureza condenatória que, por si só, não tem o condão de proporcionar a cediça concretização da norma jurídica nela estabelecida;

(IV) bem por isso, a tutela jurisdicional executiva, campo do direito processual onde se encontram previstas as normas destas “atividades complementares” se revela tão importante quanto a tutela jurisdicional de conhecimento. Em verdade, é extremamente necessária a existência de um sistema que permita o desenvolvimento natural e fluido destas duas modalidades de tutela para que, então, haja espaço para a efetiva prestação da tutela jurisdicional propriamente dita. Essa é uma premissa elementar para que se possibilite a realização do chamado processo de resultados, ambiente favorável para que ocorra a proteção concreta aos direitos e às pessoas;

(V) considerando essa necessidade, o sistema processual civil brasileiro evoluiu no arco da história tendo em vista esse ideal de unicidade, abandonando, com o passar dos anos e das reformas legislativas, o modelo que separava as fases de conhecimento e execução em compartimentos estanques e incomunicáveis;

(VI) seguindo este trilha, enfraqueceu-se a concepção de que as atividades cognitivas do juiz seriam reservadas exclusivamente ao processo de conhecimento e, por outro lado, fortaleceu-se a noção de que, também na fase executiva, o juiz a todo instante é chamado a exercer atos de cognição destinados a considerar, analisar e valorar os dados constantes do processo, a representar a coordenação entre o direito e o processo na esteira de um plano lógico de raciocínio. Essa é a síntese que justifica a existência e utilização das

técnicas de cognição de maneira adequada aos escopos do processo, observando-se e coordenando-se o alcance da cognição horizontal (de amplitude, se parcial ou plena) e vertical (de profundidade, se sumária ou exauriente);

(VII) constatada a existência da cognição judicial também na execução, verifica-se que esse ato de inteligência pode recair sobre as condições da ação, pressupostos processuais e mérito, naturalmente observadas as especificidades destas questões no âmbito do processo de execução. Além disso, também há lugar para a prática de atos cognitivos mesmo sobre as atividades executivas complementares. Afinal, pode ocorrer que antes ou durante a execução, haja, modificação da situação jurídica que se apresentava quando da prolação da sentença, a ensejar a possibilidade de novas atividades cognitivas do juiz que se entrelaçam e se inserem na fase executiva. Daí se questiona qual o grau de certeza sobre a vontade da lei que o sistema venha a exigir para que, então, se autorize a execução, e quais os modos e formas em que se admitiria a cognição mesmo depois de atingido certo grau de certeza;

(VIII) logo, e também por força do modelo constitucional do processo, não restam dúvidas de que a fase de execução admite o exercício do contraditório pelas partes, havendo margens, inclusive, para a dedução de matérias que digam respeito ao direito material que embasa a execução. Embora o processo de execução não seja meio adequado de exercício de atividade cognitiva destinada a esclarecer determinada crise de certeza sobre o direito material, é seguro dizer que há, sim, cognição na execução, muitas vezes incidente sobre a própria relação substancial;

(IX) na mesma linha, a possibilidade de o executado resistir e se defender de atos de invasão de esfera patrimonial, assim o fazendo por meio dos expedientes típicos previstos expressamente no sistema por força de lei ou em decorrência de construção doutrinária e jurisprudencial, obviamente não pode se confundir com a admissibilidade de medidas contraproducentes à marcha processual, eis que o fator tempo é intrínseco ao ideal de efetividade, pelo que deve se evitar o seu desperdício. Se a pretensão executiva for baseada em título judicial, isso significa que a relação jurídica de direito material que o originou foi previamente submetida à cognição. E tendo havido o trânsito em julgado da decisão que deu lugar ao título executivo, consideram-se superadas todas as questões substanciais anteriores, a justificar a impossibilidade de nova cognição sobre tais questões em razão da imutabilidade conferida à sentença, que impede a abertura de discussão sobre fatos anteriores que possam comprometer a existência do direito material. Todavia, é

possível que fatos posteriores à sentença venham a colocar em xeque a existência do direito nela reconhecido, daí porque o próprio sistema admite a possibilidade de se argumentar essas questões;

(X) há mérito na execução e ele é representado pela pretensão deduzida pelo exequente e que reclama pela tutela jurisdicional executiva, equivalente ao recebimento de um bem da vida. Em outra ponta, o executado pode se defender argumentando que o exequente não tem, substancialmente, direito a receber o bem postulado, que ele não tem direito a receber tudo quanto pede, ou que, processualmente, não há elementos que autorizam a deflagração das atividades executivas. Preferencialmente, a argumentação de defesas que se reportem ao direito substancial afirmado pelo exequente deve ser acompanhada de prova pré-constituída para esse fim;

(XI) essas oposições do executado também contribuem para a caracterização e identificação do mérito (logo, das crises de certeza) da execução pois, mesmo nos casos em que se argumente questões de ordem processual, certo é que a defesa, uma vez analisada, terá seu mérito julgado. Igualmente, essas oposições contribuem para o exercício e a amplitude da atividade cognitiva do juiz na execução;

(XII) se houver exclusão de determinada matéria da cognição no processo executivo sem que, noutra banda, seja proporcionado ao executado alguma forma de defesa, haverá violação ao princípio do contraditório e à garantia constitucional do acesso à justiça;

(XIII) nos casos em que inexiste módulo cognitivo exauriente previsto, prevalece a técnica de inversão do contraditório, em que o juiz aprecia mediante cognição sumária e libera eficácia executiva, prestigiando o comando normativo segundo o qual a execução se faz no interesse do exequente. A combinação das técnicas da cognição judicial exercidas na execução podem variar conforme a defesa formulada pelo executado e admitir a cognição exauriente. Nos embargos à execução a cognição será plena e exauriente. Na impugnação, será limitada e exauriente. Na exceção de pré-executividade, será plena e exauriente *secundum eventum probationis*. E no caso das petições supervenientes às modalidades típicas de defesa, será parcial e exauriente. Por seu turno, a liquidação é campo processual que admite a cognição parcial somente relacionada ao quanto estritamente necessário para suprir a liquidez faltante no preceito condenatório contido na sentença, admitindo-se a devida instrução (cognição exauriente) para este fim específico;

(XIV) o ato processual que resolve a execução é a sentença, assim entendida como providência final da cadeia fechada que se inicia por interesse do exequente, prossegue com os demais atos procedimentais até que, idealmente, seja alcançada a satisfação da sua pretensão, e se encerra quando o juiz a profere. Apesar de haver mérito na execução, a sentença que a extingue, todavia, não traz consigo uma tutela jurisdicional a qual já fora entregue ou, por algum motivo, não será mais necessária ou possível. Portanto, a sentença proferida na execução tem apenas o efeito processual de extinguir o processo. Nada obstante, a sentença que acolhe a defesa de mérito do executado tem, em seu conteúdo, o condão de desobriga-lo da prestação pleiteada pelo exequente, sendo apta a produzir a coisa julgada material. Afirma-se pela eficácia material e pela possibilidade de se conferir imutabilidade às sentenças que, acolhendo defesas substanciais formuladas na execução, resolvam e finalizem o processo, na medida em que restringir este resultado ao âmbito processual poderia representar solução contrária à visão instrumentalista. Assim, a sentença que acolhe os argumentos de mérito do executado terá não apenas a eficácia de impor a extinção do processo ou do módulo executivo, mas também valerá como declaração de inexistência do crédito, apta à formação da coisa julgada. Em sentido contrário, se a sentença rejeitar o mérito das alegações do executado, significa que o crédito exequendo foi declarado como existente, sendo certo que também essa decisão será imunizada pela coisa julgada;

(XV) o próprio contraditório instaurado em face do exequente a fim de verificar se a obrigação exequenda foi ou não extinta, pode provocar cognição exauriente e concernente ao *meritum causae*, reportando-se ao pedido veiculado em procedimento cognitivo que culminou na formação do título ou em procedimento executivo autônomo. Com isso, também neste caso se verifica a presença dos requisitos caracterizadores de tais decisões como sentenças definitivas declaratórias da extinção da obrigação, aptas a formar a coisa julgada material;

(XVI) repita-se, tal imunização se opera sobre a declaração da extinção da obrigação, mas não sobre sua existência, validade e eficácia. Se o executado não se defender ou o fizer de forma incompleta, a cognição sobre tais questões, consideradas prejudiciais, será sumária e, portanto, não será alcançada pela coisa julgada. De outra parte, se o executado lançar postulação de mérito e ela for rejeitada, formar-se-á coisa julgada sobre essa decisão de improcedência. Outrossim, o reconhecimento de determinada nulidade da execução não necessariamente resulta na extinção do processo ou do módulo

executivo, mas fulmina apenas os atos viciados e, se o caso, os atos seguintes que dele dependam. Sanado o vício processual, se assim for possível, a execução prossegue seu curso normal;

(XVII) o motivo da maior amplitude dos embargos à execução, oponíveis como resistência à execução por título extrajudicial, decorre do fato de não ter havido um processo judicial antecedente e gerador deste título e que, por isso, não está protegido pelas preclusões, pela coisa julgada ou pela litispendência. Essa é a fundamental razão pela qual se admite que nos embargos de mérito à execução se possa alegar questões fundadas em fatos anteriores à formação do título, bem como se possa questionar a própria formação desse título sem limitações além daquelas que seriam impostas em um processo de conhecimento;

(XVIII) admite-se a propositura de ação autônoma por parte do executado, a qual poderia se basear não apenas em vícios formais da execução, mas também em qualquer questão decidida com base em cognição sumária e no tocante a qualquer questão que não chegou a ser suscitada e apreciada. Admite-se a propositura de uma ação autônoma caso perdida a oportunidade de defesa típica pelo executado. E isto porque nestes casos não houve prévia cognição e nem declaração, não havendo o que ser coberto pela preclusão máxima, inexistindo efeitos substanciais projetados para fora do processo. Contudo, devem ser prestigiadas as formas típicas de defesa previstas no sistema;

(XIX) tanto na execução de título extrajudicial quanto na de título judicial, admite-se a prova pré-constituída judicialmente, seja para o exequente, a fim de preencher certos requisitos da obrigação exequenda, seja para o executado, a fim de fundamentar sua resistência. Ressalva-se que este expediente não é cabível para suprir requisitos intrínsecos do título, limitando-se à caracterização de dois atributos da obrigação exequenda: a exigibilidade e a liquidez. Não se cria o título executivo em produção antecipada de provas, mas pode-se usá-la para complementar aqueles atributos faltantes à obrigação nele representada, ou para que o executado lastreie sua defesa;

(XX) as decisões que dizem respeito às atividades executivas, apesar de algumas delas dizerem respeito ao objeto litigioso, são fundadas em cognição sumária. Da mesma forma, há decisões que, embora fundadas em cognição exauriente não dizem respeito ao mérito, mas sim a aspectos situados no campo das condições da ação (a exemplo da proferida no incidente de desconsideração da personalidade jurídica). Nesse passo, acentua-se a íntima relação entre cognição exauriente e coisa julgada material, de modo

que só se admitiria a coisa julgada quando há contraditório, efetivo ou potencial e cognição exauriente. Por seu turno, o ato jurídico que resolve a liquidação tem natureza de sentença declaratória, sendo ato genuinamente cognitivo e que dá ensejo à coisa julgada material, salvo a decisão de cunho meramente terminativo. A conclusão de liquidação igual a zero tem esse caráter terminativo e não viola a coisa julgada material que se operou sobre a sentença liquidanda;

(XXI) além disso, as diversas decisões proferidas em sede de execução se sujeitam à preclusão, com dimensão endoprocessual, quando não atacadas pelo respectivo recurso;

(XXII) as questões de ordem pública processual transcendem a esfera de interesses das partes conflitantes, disciplinando relações que as envolvem, mas fazendo-o com atenção ao interesse da sociedade como um todo, ou ao interesse público. Contudo, sob o fundamento de um controle a ser exercido sobre as matérias de ordem pública, frequentemente tem se verificado o encerramento impróprio do processo e, como consequência, a realização de diversos julgamentos que não examinam o direito material submetido ao Judiciário e, portanto, que não atingem a função precípua e primordial do processo, que é a de resolver litígios e promover a pacificação social. A relevância das questões de ordem pública não pode gerar o efeito de dispensar o magistrado do seu exame desde logo, nem permitir que se profira decisão relegando sua análise para momento posterior ou, pior, permitir que se pratiquem retrocessos na marcha processual sob o pretexto de se examinar questões de ordem pública;

(XXIII) não se pode admitir como normal e ideal a hipótese de determinado processo já em fase de execução ser extinto por força de uma questão de ordem pública que, há tempos, já seria possível de ser identificada e assim deveria ter sido declarada pelo magistrado no curso da fase de conhecimento. Além de ser cognoscível de ofício e de exame obrigatório, a afirmação de que as questões de ordem pública escapam à preclusão em quaisquer situações parece exagerada, pois esta ampla liberdade dada aos juízes de relegar o exame de importantes questões para momento posterior do procedimento mais atrapalha do que favorece o desenvolvimento regular do processo;

(XXIV) o juiz deve dispor sobre as questões de ordem pública tão logo seja possível identificá-las no curso do processo, sendo certo que depois disso o tema se submete à disciplina recursal normal, de forma que sem recurso, a decisão preclui, o mesmo valendo para a fase executiva do processo. As questões de ordem pública,

sujeitam-se à preclusão caso tais matérias já tenham sido apreciadas anteriormente – na fase de conhecimento ou da própria execução – e a respectiva decisão judicial já tenha se consolidado na marcha temporal processual.

Como alertado logo no início deste estudo, não se tratam aqui de conclusões absolutas, mesmo porque muitas delas remetem a temas que despertam entendimentos diversos os quais, aliás, foram registrados no corpo do trabalho. Sem prejuízo, damos por cumprida a tarefa de lançar luz sobre questões tão interessantes ao mesmo tempo em que destacamos a nossa opinião sobre cada uma delas.

REFERÊNCIAS

ABELHA, Marcelo. *Manual de execução civil*. 5. ed. rev. e atual., Rio de Janeiro: Forense, 2015.

_____. *O novo CPC e a tutela jurisdicional executiva*, parte 1. *Revista de Processo*, v. 40, n. 244, jun. 2005.

_____. *Suspensão de segurança – sustação da eficácia de decisão judicial proferida contra o poder público*. São Paulo: RT, 2000.

ANDOLINA, Italo Augusto. *Crisi del giudicato e nuovi strumenti alternativi di tutela giurisdizionale. La (nuova) tutela provvisoria di merito e le garanzie costituzionali del giusto processo*, *Revista de Processo*, v. 32, n. 150, ago. 2007, p. 70-80.

APRIGLIANO, Ricardo de Carvalho. *Ordem pública e processo: o tratamento das questões de ordem pública no direito processual civil*. São Paulo: Atlas, 2011.

_____; **CRUZ E TUCCI**, José Rogério; **FERREIRA FILHO**, Manoel Caetano; **DOTTI**, Rogéria Fagundes; **MARTINS**, Sando Gilbert. (Coord.). *Código de Processo Civil Anotado*, AASP e OAB Paraná, 2015.

ARAGÃO, Egas Dirceu Moniz. *Preclusão. Saneamento do processo: estudos em homenagem ao prof. Galeno Lacerda*. Porto Alegre: Fabris, 1989.

_____. *Sentença e coisa julgada – exegese do Código de Processo Civil (arts. 444 a 475)*. Rio de Janeiro: Aide Editora, 1992.

ARMELIN, Donaldo. *O processo de execução e a reforma do Código de Processo Civil. Reforma do Código de Processo Civil*. São Paulo: Saraiva, 1996.

ARRUDA ALVIM, José Manuel de. *Anotações sobre alguns aspectos das modificações sofridas pelo processo hodierno entre nós*. *RePro*, n. 97, jan./mar., 2000.

_____. *Comentários no Código de Processo Civil*. v. I. São Paulo: RT, 1975.

_____. *Manual de direito processual civil*. v. 1. São Paulo: RT, 1979.

ASSIS, Araken. *Comentários ao Código de Processo Civil*, v. 6, Rio de Janeiro: Forense, 1999.

_____. *Cumprimento de sentença*. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

_____. *Exceção de pré-executividade*. *Ajuris*, Porto Alegre, v. 26, n. 78, jun. 2000, p. 24-37.

_____. *Litispêndência e coisa julgada no processo de execução. Estudos jurídicos*, São Leopoldo, v. 19, n. 45, jan./abr. 1986, p. 15-24.

_____. *Manual do processo de execução*. 11. ed. São Paulo: RT, 2008.

_____. *Reforma do processo executivo*. In: GIORGIS, José Carlos Teixeira (coord.). *Inovações do Código de Processo Civil*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996.

_____. *Responsabilidade patrimonial*. In: LOPES, João Batista; CUNHA, Leonardo José Carneiro da. *Execução civil (aspectos polêmicos)*. São Paulo: Dialética, 2005.

AYARRAGARAY, Carlos A. *Introducción a la ejecución de sentencia*. Buenos Aires: Valerio Abeledo, 1943.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *Considerações sobre a chamada “relativização” da coisa julgada material*. In: *Temas de direito processual*. 9. Série. São Paulo: Saraiva, 2007.

_____. *Conteúdos e efeitos da sentença: variações sobre o tema*. In: *Temas de direito processual*. 5. série. São Paulo: Saraiva, 1989, p. 175-183.

_____. *Efetividade do processo e técnica processual*. In: *Temas de direito processual*. 6. série. São Paulo: Saraiva, 1997.

_____. *Exceção de pré-executividade, uma denominação infeliz*. In: *Temas de direito processual*. 7. série. São Paulo: Saraiva, 2001.

_____. *Legitimação para agir. Indeferimento da petição inicial*. In: *Temas de direito processual*. 1. série. São Paulo: Saraiva, 1977.

_____. *Notas sobre a extinção da execução (o art. 794 do Código de Processo Civil em confronto com suas fontes históricas)*. *Revista de Processo*, v. 18, n. 71, jul./set. 1993, p. 7-12.

_____. *O novo processo civil brasileiro*. São Paulo: Forense, 1997.

_____. *Questões prejudiciais e coisa julgada*. Tese de concurso para a docência livre de Direito Judiciário Civil, UFRJ, Rio de Janeiro, 1967.

_____. *Saneamento do processo e audiência preliminar*. In: *Temas de direito processual*. 4. Série. São Paulo: Saraiva, 1989.

_____. *Tendências em matéria de execução de sentenças e ordens judiciais*. In: *Revista de processo*, v. 11, n. 41, p. 151-168, jan./mar., 1986.

BATISTA JÚNIOR, Geraldo da Silva. *Exceção de pré-executividade: alcance e limites*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

BAUMÖHL, Debora Inês Kram. *A nova execução civil: a desestruturação do processo de execução*. São Paulo: Atlas, 2006.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Cognição e decisões do juiz no processo executivo*. In: FUX, Luiz; NERY JR., Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (Coord.). *Processo*

e Constituição: estudos em homenagem ao Professor José Carlos Barbosa Moreira, São Paulo: RT, 2006, p. 358-378.

_____. *Direito e processo: influência do direito material sobre o processo*. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

_____. *Efetividade do processo e técnica processual: tentativa de compatibilização*. São Paulo: Malheiros editores, 2006.

_____. *Tutela cautelar e tutela antecipada: tutelas sumárias e de urgência (tentativa de sistematização)*. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

BELLAVITIS, Mauro. *Linee per la classificazione delle forme di accertamento nella esecuzione. Studi di diritto processuale in onore di Giuseppe Chiovenda nel venticinquesimo anno del suo insegnamento*. Padova: Cedam, 1927

BETTI, Emilio. *Il concetto della obbligazione costruito dal punto di vista dell'azione. Diritto sostanziale e processo*. Milano: Giuffrè, 2006.

BONÍCIO, Marcelo José Magalhães. *Proporcionalidade e processo: a garantia constitucional da proporcionalidade, a legitimação do processo civil e o controle das decisões judiciais*. São Paulo: Atlas, 2006.

BONSIGNORI, Angelo. *L'esecuzione forzata*. 3. ed. Torino: G. Giappichelli, 1996.

BOTELHO DE MESQUITA, José Ignacio. *A autoridade da coisa julgada e a imutabilidade da motivação da sentença*. Tese de livre-docência, São Paulo, 1963.

_____. *Da ação civil*. São Paulo: RT, 1975.

BUENO, Cassio Scarpinella. *A nova etapa da reforma do código de processo civil*. São Paulo: Saraiva, 2006, v. 1.

_____. *Curso sistematizado de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil*. São Paulo: Saraiva, 2007, v. 1.

_____. *Curso sistematizado de direito processual civil: tutela jurisdicional executiva*. São Paulo: Saraiva, 2007, v. 3.

BUZAID, Alfredo. *Do agravo de petição no sistema do Código de Processo Civil*. 2. ed. rev. e aum. São Paulo: Saraiva, 1956.

_____. *Do concurso de credores no processo de execução*. São Paulo: Saraiva, 1952.

_____. *Exposição de Motivos do Código de Processo Civil de 1973*, item II, n. 6.

CALAMANDREI, Piero. *El procedimiento monitorio*. Trad. Sentís Melendo. Buenos Aires: Europa America, 1953.

_____. *Instituzioni di diritto processuale civile. Opere giuridiche*. Napoli: Morano, 1970, v. 4.

_____. *La condena "genérica" a los daños. Introducción al estudio sistemático de las providencias cautelares.* Tradução de Marino Ayera Merín. Buenos Aires: Librería El Foro, 1966.

CALMON DE PASSOS, José Joaquim. *Comentários ao Código de Processo Civil*, v. 3. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1984.

_____. *Em torno da condição da ação – a possibilidade jurídica.* *Rev. de Direito Processual Civil*. v. IV. São Paulo: Saraiva, 1964.

CÂMARA, Alexandre Freitas. *Lições de direito processual civil*, v. I, 11. ed. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2004.

CAPPELLETTI, Mauro. *Proceso, ideologías, sociedad.* Trad. de Santiago Sentis Melendo e Tomás A. Banzhaf. Buenos Aires; EJE, 1974.

CARMONA, Carlos Alberto. *A arbitragem no processo civil brasileiro.* São Paulo: Malheiros, 1993.

_____. *Árbitros e juízes: guerra ou paz?* In: _____; MARTINS, Pedro A. Batista; LEMES, Selma M. Ferreira. *Aspectos fundamentais da lei de arbitragem.* Rio de Janeiro: Forense, 1999.

_____. *Considerações sobre a evolução conceitual do processo.* *Revista de Processo*, São Paulo, v. 57, p. 39-54, 1990.

CARNEIRO, Gustavo Henrique. *Impugnação ao cumprimento da sentença como hipótese de relativização da coisa julgada.* In: WAMBIER, Tereza Arruda Alvim (Coord.). *Aspectos polêmicos da nova execução de títulos judiciais: Lei 11.232/2005.* São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

CARNELUTTI, Francesco. *Diritto e processo.* Nápoles: Morano, 1958.

_____. *Instituzioni del processo civile italiano.* Roma: Foro Italiano, 1956, v. 3.

_____. *Titolo esecutivo.* *Rivista di Diritto Processuale Civile*, Padova, v. 7, p. 313-320, 1931.

CHIOVENDA, Giuseppe. *Instituições de direito processual civil*, v. 1. Tradução de J. Guimarães Menegale e notas de Enrico Tullio Liebman. São Paulo: Saraiva, 1965.

CORREIA, Fabio Peixinho Gomes. *O objeto litigioso no processo civil.* São Paulo: Quartier Latin, 2009.

COSTA, Salvador. *A injunção e as conexas ação e execução.* Coimbra: Almedina, 2001.

COSTA E SILVA, Antônio Carlos da. *Da jurisdição executiva e dos pressupostos da execução civil.* São Paulo: Forense, 1980.

_____. *Tratado do processo de execução.* São Paulo: Sugestões Literárias, 1976, v. 1.

COUTURE, Eduardo J. *Fundamentos del derecho procesal civil*. Buenos Aires: Depalma, 1972.

_____. *Fundamentos do direito processual civil*. Campinas: Red Livros, 1999.

CRUZ E TUCCI, José Rogério. *A causa petendi no processo civil*. 3. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: RT, 2009.

_____. *Ação Monitória*. 2. ed. São Paulo: RT, 1996.

_____. *Ainda sobre a nulidade da sentença imotivada*. Revista de Processo, São Paulo, v. 14, n. 56, 1989, p. 223-233.

_____. *Sobre a eficácia preclusiva da decisão declaratória de saneamento*. Revista dos Tribunais, São Paulo, v. 78, n. 640, p. 19-27, 1989.

_____. *Tutela processual do direito do executado. Processo civil: realidade e justiça (20 anos de vigência do CPC)*. São Paulo: Saraiva, 1994. P. 20-48.

_____; AZEVEDO, Luiz Carlos de. *Lições de história do processo civil romano*. São Paulo: RT, 1996.

CUNHA, Leonardo José Carneiro da. *Mérito e coisa julgada na execução*. Revista da Esmape, Recife, v. 14, n. 29, jan./jun. 2009, p. 311-332.

DIDIER JR., Fredie. *Esboço de uma teoria da execução civil*. In: Revista de Processo, v. 29, n. 118, p. 9-28, nov./dez., 2004.

_____. *Pressupostos processuais e condições da ação: o juízo de admissibilidade do processo*. São Paulo: Saraiva, 2005.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *Execução civil*. 8. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

_____. *Instituições de direito processual civil*. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2009, v. 3.

_____. *Instituições de direito processual civil*. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2009, v. 4.

_____. *Litisconsórcio*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1984.

_____. *O conceito de mérito em processo civil*. RePro, v. 34, São Paulo: RT, abr./jun. de 1984.

_____. Os gêneros de processo e o objeto da causa. In: *Genesis – Revista de Direito Processual Civil*, n. 2, maio-ago, 1996.

_____. *Tutela jurisdicional*. RePro, n. 81, jan-mar, 1996, n. 11.

_____; CINTRA, Antonio Carlos de Araújo e GRINOVER, Ada Pellegrini. *Teoria geral do processo*. 31. ed. São Paulo: Malheiros editores, 2015.

FABRÍCIO, Adroaldo Furtado. *A ação declaratória incidental*. São Paulo: Forense, 1995.

_____. *Comentários ao Código de Processo Civil*, v. 8, t. III, Rio de Janeiro: Forense, 1980.

FAZZALARI, Elio. *Note in tema di diritto e processo*. Milano: Giuffrè, 1957.

FERNANDES, Antonio Scarance. *Prejudicialidade*. São Paulo: RT, 1988.

FORNACIARI, Michele. *Esecuzione forzata e attività valutativa: introduzione sistematica*. Torino: G. Giappichelli, 2009.

FORNACIARI JÚNIOR, Clito. *A sobrevivência da exceção de pré-executividade*. *Revista do Advogado*, São Paulo, v. 27, p. 109-112, jul. 2007.

FREITAS, José Lebre de. *A acção executiva*. 2. ed. Coimbra: Coimbra Ed., 1997.

_____. *Enxertos declarativos no processo executivo. Aspectos do novo processo civil*. Lisboa: Lex, 1997, p. 315-324

FURNO, Carlo. *Condanna e titolo executivo*. *Rivista Italiana per le Scienze Giuridiche*, 1937.

_____. *Disegno sistematico dele opposizioni nel processo executivo*. Siena: Barbera, 1942.

GOES, Gisele Santos Fernandes. *Proposta de sistematização das questões de ordem pública processual e substancial*. Tese (Doutorado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

GOMES, Fabio. *Carência da ação*. São Paulo: Ed. RT, 1999.

GRECO, Leonardo. *A reforma do processo de execução*. *Revista Forense*, Rio de Janeiro, v. 96, n. 350, abr./jun., 2000, p. 57-86.

_____. *Ações na execução reformada*. In: SANTOS, Ernane Fidélis dos; WAMBIER, Luiz Rodrigues; NERY JR., Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (Coord.). *Execução civil: estudos em homenagem ao Professor Humberto Theodoro Júnior*. São Paulo: RT, 2007.

_____. *A defesa na execução imediata*. In: DIDIER JR., Fredie (Coord.). *Execução civil: estudos em homenagem a Paulo Furtado*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006, p. 173-184.

_____. *O processo de execução*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001, v. 2.

GRECO FILHO, Vicente. *Direito processual civil brasileiro*. v. 2. São Paulo: Saraiva, 1984.

GRINOVER, Ada Pellegrini. *As garantias constitucionais do direito de ação*, São Paulo: RT, 1973.

GUERRA, Marcelo Lima. *Carência de ação. Estudos de direito processual civil*. Rio de Janeiro, 1969.

_____. *Direitos fundamentais e a proteção do credor na execução civil*. São Paulo: RT, 2003.

_____. *Execução forçada: controle de admissibilidade*. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: RT, 1998.

GUIMARÃES, Luiz Machado. *Carência de ação. Estudos de direito processual civil*, nº 8. Rio de Janeiro: 1969.

HABSCHEID, Walter J. *L'oggetto del processo nel diritto processuale civile tedesco*. *Rivista Trimestrale di Diritto e Procedura Civile*, v. 35, p. 454-464, 1980.

HARTEN FILHO, Carlos Antônio. *Natureza jurídica da impugnação ao cumprimento de sentença*. In: CAVALCANTI, Bruno; ELALI, André; VAREJÃO, José Ricardo do Nascimento (Coord.). *Novos temas de processo civil: Leis nº 11.277/06, nº 11.276/06, nº 11.280/06, nº 11.187/06, 11.232/05*. São Paulo: MP Ed., 2006.

IHERING, Rudolf Von. *El espíritu del derecho romano en las diversas fases de su desarrollo*. 2. ed. Granada: Comares, 2011.

JORGE, Flávio Cheim; **DIDIER JR.**, Fredie; **RODRIGUES**, Marcelo Abelha. *A terceira etapa da reforma processual civil*. São Paulo: Saraiva, 2006.

KNIJNIK, Danilo. *A exceção de pré-executividade*. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

KUHN, João Lacê. *O princípio do contraditório no processo de execução*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.

LACERDA, Galeno. *Comentários ao Código de Processo Civil*. v. 8, Rio de Janeiro: Forense, 1980.

_____. *Despacho saneador*. Porto Alegre: Sulina, 1953.

LARENZ, Karl. *Metodologia de la ciencia del Derecho*. Barcelona: Ariel Derecho, 2001.

LEONEL, Ricardo de Barros. *Causa de pedir e pedido: o direito superveniente*. São Paulo: Método, 2006.

LIEBMAN, Enrico Tullio. *Embargos do executado: oposições de mérito no processo de execução*. Tradução de J. Guimarães Menegale. São Paulo: Saraiva, 1952.

_____. *Il titolo esecutivo riguardo ai terzi. Rivista di Diritto Processuale Civile*. Padova, v. XI, p. 127-153, 1934.

_____. *L'azione nella teoria del processo civile. Scritti giuridici in honore di Francesco Carnelutti*, v. II. Cedam, 1950.

_____. *Lezioni di diritto processuale civile*, v. 2. Milano: Giuffrè, 1951.

_____. *Le opposizioni di mérito nel processo d'esecuzione*. 2. ed. Roma: Foro Italiano, 1936.

_____. *Manual de direito processual civil*. Tradução de Cândido Rangel Dinamarco. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2005, v. 1.

_____. *Manuale di diritto processuale civile – principi*. Milano: Giuffrè, 1992.

_____. *O despacho saneador e o julgamento do mérito. Estudos sobre o Processo Civil Brasileiro*. Notas de Ada Pellegrini Grinover. São Paulo: J. Bushatsky Editor, 1976.

_____. *Processo de execução*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1980.

_____. *Reflexões críticas sobre uma teoria da condenação civil*. In: *Temas de direito processual*. 1. série. São Paulo: Saraiva, 1977.

LUCCA, Newton de. *Aspectos da teoria geral dos títulos de crédito*. São Paulo: Pioneira, 1979.

LUCON, Paulo Henrique dos Santos. *Código de Processo Civil interpretado*, 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. *Eficácia das decisões e execução provisória*. São Paulo: RT, 2001.

_____. *Embargos à execução*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2001, v. 1.

_____. *Execução, condições da ação e embargos do executado*. In: CRUZ E TUCCI, José Rogério (Coord.). *Processo civil – Evolução – 20 anos de vigência*. São Paulo: Saraiva, 1995, p. 209-228.

_____. *Nova execução de títulos judiciais e sua impugnação*. In: Teresa Arruda Alvim Wambier (Org.). *Aspectos polêmicos da nova execução* 3. São Paulo: RT, 2006, p. 442-465.

_____. *Objecção na execução (objecção e exceção de pré-executividade)*. In: SHIMURA, Sérgio; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (Coord.). *Processo de execução*. São Paulo: RT, 1998, p. 568-595.

_____. *O controle dos atos executivos e efetividade da execução*. *Revista do curso de direito da Universidade Federal de Uberlândia*, v. 25, n. 1-2, dez. 1996, p. 75-105.

_____. *O novo perfil dos embargos à execução*. In: CARNEIRO, Athos Gusmão; CALMON, Petrônio (Org.). *Bases científicas para um renovado Direito Processual*. 2. ed. Brasília: Instituto Brasileiro de Direito Processual, 2009, p. 823-859.

_____. *Relação entre demandas*. 1. ed. Brasília: Gazeta Jurídica, 2016.

MANDRIOLI, Crisanto. *L'azione executiva: contributo ala teoria unitária dell'azione e del processo*. Milano: Giuffrè, 1955.

MARCATO, Antônio Carlos. *O processo monitorio brasileiro*. São Paulo: Malheiros, 2002.

_____. *Procedimentos Especiais*. São Paulo: Atlas, 2004.

MARINONI, Luiz Guilherme. *Curso de Direito Processual Civil*. 6. ed. São Paulo: RT, 2007.

_____; ARENHART, Sérgio Cruz. *Curso de processo civil*. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: RT, 2013, v. 3 (Execução).

MARQUES, José Frederico. *Instituições de direito processual civil*, v. 5. Campinas: Millenium, 2000.

_____. *Manual de direito processual civil*. São Paulo: Saraiva, 1976.

MARTINS, Sandro Gilbert. *A defesa do executado por meio de ações autônomas – defesa heterotópica*. São Paulo: RT, 2005.

MAZZARELLA, Ferdinando. *Sul contraddittorio nel processo esecutivo*. *Rivista di diritto civile*, Padova: Cedam, 1979.

MEDINA, José Miguel Garcia. *Execução civil – Princípios fundamentais*. São Paulo: RT, 2003.

_____; WAMBIER, Luiz Rodrigues; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Sobre a impugnação à execução de título judicial (art. 475-L e 475-M do CPC)*. In: WAMBIER, Arruda Alvim (Coord.). *Aspectos polêmicos da nova execução de títulos judiciais: Lei 11.232/2005*. São Paulo: RT, 2006.

MENDES, João de Castro. *A causa de pedir na acção executiva*. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, 1965, v. 17, p. 11-24.

_____. *Direito processual civil: acção executiva*. Lisboa: Edição da AAFDL, 1980.

MENDONÇA LIMA, Alcides de. *Comentários ao Código de Processo Civil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1979.

MINATI, Alexandre Del Rios. *Contribuição ao estudo da tutela jurisdicional do executado*. 2016. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo.

MITIDIERO, Daniel. *Antecipação da tutela: da tutela cautelar à técnica antecipatória*. São Paulo: RT, 2013.

MONTENEGRO FILHO, Misael. *Cumprimento da sentença e outras reformas processuais*. São Paulo: Atlas, 2006.

MONTERO AROCA, Juan; **GÓMEZ COLOMER**, Juan Luis; **MONTÓN REDONDO**, Alberto; **BARONA VILAR**, Silvia. *Derecho jurisdiccional II: proceso civil*. 13 ed. Valencia: Tirant lo Blanch, 2004.

MOREIRA, Alberto Camiña. *Defesa sem embargos do executado*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

MOURÃO, Luiz Eduardo Ribeiro. A coisa julgada e a atividade executiva. In: **BRUSCHI**, Gilberto Gomes; **SHIMURA**, Sérgio (Coord.). *Execução civil e cumprimento de sentença* 2. São Paulo: Método, 2007, p. 343-362.

NEGRÃO, Theotonio; **GOUVÊA**, José Roberto Ferreira; **BONDIOLI**, Luis Guilherme Aidar; **FONSECA**, João Francisco Naves da. *Código de Processo Civil e legislação processual em vigor*. 45. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

NERY JR., Nelson. *Atualidades sobre o processo civil*. 2. ed. São Paulo: RT, 2011.

_____; **NERY**, Rosa Maria Andrade. *Comentários ao Código de Processo Civil*, 1. ed. 2.^a tiragem. São Paulo: RT, 2015.

NEVES, Celso. *Apontamentos sobre o binômio declaração-execução*. *LTr*, São Paulo, v. 56, n. 8, p. 913-913, ago. 1992.

_____. *Coisa julgada civil*. São Paulo: RT, 1971.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção Neves. *Preclusões para o juiz – preclusão pro judicato e preclusão judicial no processo civil*. São Paulo: Método, 2004.

OLIVEIRA, Vallisney de Souza. *Embargos à execução fiscal*. São Paulo: Saraiva, 2000.

OLIVEIRA JR., Waldemar Mariz de. *Teoria geral do processo civil*. São Paulo: RT, 1971.

OLIVEIRA NETO, Olavo. *A defesa do executado e dos terceiros na execução forçada*. 1. ed. 2.^a tiragem. São Paulo: RT, 2000.

PABST, Haroldo. *Natureza jurídica dos embargos do devedor*. 2. ed. com anexo de atualização. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

PARENTE, Eduardo de Albuquerque. *Processo arbitral e sistema*. São Paulo: Saraiva, 1988.

PEREIRA, Alex Costa. *Tutela sumária – A estabilização da tutela antecipada e sua adequação ao modelo constitucional do processo civil brasileiro*. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

PEREIRA, Rosalina P. C. Rodrigues. *Ações prejudiciais à execução*. São Paulo: 2001.

PESSOA, Fabio Guidi Tabosa. *Tutela executiva e prescrição*. In: ZUFELATO, Camilo e YARSHELL, Flávio Luiz (Coord.). *40 anos da teoria geral do processo no Brasil: passado, presente e futuro*. São Paulo: Malheiros, 2013.

PIMENTEL, Alexandre; **PEREIRA**, Mateus Costa. *Perspectiva da liquidação da obrigação no projeto de novo código de processo civil: evolução e involução a partir do sistema da Lei n.º 11.232/05*. In: DIDIER JR., Fredie; BASTOS, Antonio Adonias; CUNHA, Leonardo Carneiro da (Coord.). *Execução e cautelar: estudos em homenagem a José de Moura Rocha*. Salvador: Juspodium, 2012.

POLIDO, Jorge Miguel Pação. *Ensaio sobre a autonomia do processo executivo*. In: PINTO, Rui (Coord.). *Coleção de estudos de processo civil*. Coimbra: Almedina, 2013.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Comentários ao Código de Processo Civil de 1973*. 3. ed. atual. Sergio Bermudes. Rio de Janeiro: Forense, 1995, t. 1.

_____. *Parecer n. 95. Dez anos de pareceres*. v. 4. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

_____. *Tratado das ações*, São Paulo: RT, 1970.

PORTO, Sérgio Gilberto. *Cidadania processual e relativização da coisa julgada*. RePro 112/23-32. São Paulo: RT, 2003.

PROTO PISANI, Andrea. *Lezioni di diritto processuale civile*. Napoli: Jovene, 1999.

PUGLIATTI, Salvatore. *Esecuzione forzata e diritto sostanziale*. Milano: Giuffrè, 1935.

QUINTELLA, Eliane Proscurcin. *Matéria de ordem pública no âmbito do processo civil*. 2004. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

RAMOS, Glaucio Gumerato. *Reforma do CPC: Leis 11.187/05, 11.232/05, 11.276/06 e 11.280/06*. São Paulo: RT, 2006.

REMÉDIO MARQUES, J. P. *Curso de processo executivo comum à face do Código revisto*. Porto: SPB Editores, 1998.

ROGNONI, Virginio. *Condanna generica e provvisoria ai danni*. Milano: Giuffrè, 1961.

SALLES, Carlos Alberto de. *Execução judicial em matéria ambiental*, São Paulo: RT, 1999.

SAMPAIO, J. M. Gonçalves. *A acção executiva e a problemática das execuções injustas*. 2. ed. rev., actual. e ampl. Coimbra: Almedina, 2008.

SANCHES, Sidney. *Objeto do processo e objeto litigioso do processo*. Porto Alegre: Revista *Ajuris*, n. 16, 1979.

SANTOS, Moacyr Amaral. *Comentários ao Código de Processo Civil*. v. 4, Rio de Janeiro: Forense, 1976.

SANTOS, Silas Silva. *Modificações subjetivas na execução e o objeto litigioso*. 2016. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

SASSANI, Bruno. *Dal controllo del potere all'attuazione del rapporto: Ottemperanza amministrativa e tutela civile esecutiva*. Milano: Giuffrè, 1997.

SATTA, Salvatore. *Direito processual civil*. 7. ed., Rio de Janeiro: Borsói, 1973, v. II.

_____. *L'esecuzione forzata*. Torino: UTET, 1950.

SCHENK, Leonardo. *Cognição sumária: limites impostos pelo contraditório no processo civil*. São Paulo: Saraiva, 2013.

SHIMURA, Sérgio. *Título executivo*. 2. ed. ampl. e atual. São Paulo: Método, 2005.

SICA, Heitor Vitor Mendonça. *Cognição e execução no sistema de tutela jurisdicional civil brasileiro: identificação e tratamento do objeto litigioso em sede executiva*, Tese (Livre-docência). 2016. Faculdade Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo.

_____. *O direito de defesa no processo civil brasileiro: um estudo sobre a posição do réu*. São Paulo: Atlas, 2011.

_____. *Preclusão processual civil*. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. *Relatório preparado para o I Congresso Argentina-Brasil de Direito Processual e apresentado na sede da Associação dos Advogados de São Paulo - AASP*, em dezembro de 2012.

SILVA, Ovídio A. Baptista da. *A Antecipação de tutela na recente reforma processual. Reforma do CPC* (Coord. Sálvio de Figueiredo Teixeira). São Paulo: Saraiva, 1996.

_____. *Comentários ao Código de Processo Civil – Do processo cautelar*. v. 11. Porto Alegre: Lejur, 1985.

_____. *Curso de Processo Civil*. 6. ed. v. I. São Paulo: RT, 2002.

_____. *Direito material e processo*. In: MACHADO, Fábio Cardoso; AMARAL, Guilherme Rizzo. *Polêmica sobre a ação: a tutela jurisdicional na perspectiva das relações entre direito e processo*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006, p. 55-82.

_____. *Jurisdição e execução*. São Paulo: RT, 1996.

_____. *Sentença mandamental*. In: *Sentença e coisa julgada – ensaios*. 3. ed. rev. e atual., Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1995.

SOUSA, Miguel Teixeira de. *O objeto da sentença e o caso julgado material (estudo sobre a funcionalidade processual)*. Lisboa, 1983.

SOUZA, Carlos Aurélio Mota de. *Segurança jurídica e jurisprudência: um enfoque filosófico-jurídico*. São Paulo: LTr, 1996.

TALAMINI, Eduardo. *A objeção na execução (exceção de pré-executividade) e a reforma do Código de Processo Civil*. *Revista de Processo*, v. 32, n. 153, nov. 2007, p. 11-32.

_____. *Embargos do executado*. RePro, n. 93, São Paulo: RT, jan./mar. 1999.

_____. *Saneamento do processo*. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 22, n. 86, abr./jun. 1997, p. 78-111.

_____. *Tutela relativa aos deveres de fazer e de não fazer – CPC, art. 461 – CDC, art. 84*. São Paulo: RT, 2001.

TARZIA, Giuseppe. *L'oggetto del processo di espropriazione*. Milano: Giuffrè, 1961.

_____. *O contraditório no processo executivo*. RePro 7/84, São Paulo: RT, v. 28, p. 55-95, 1982.

TESHEINER, José Maria. *Apresentação*. In: MACHADO, Fábio Cardoso; AMARAL, Guilherme Rizzo. *Polêmica sobre a ação – a tutela jurisdicional sob a perspectiva das relações entre direito e processo*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de direito processual civil*. 56. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015, v. 1.

_____. *Da inexistência de coisa julgada ou preclusão pro iudicato no processo de execução*. *Revista da Faculdade de Direito Milton Campos*, v. 1, n. 1, 1994, p. 95-108.

_____. *Processo de execução*. 19. ed. São Paulo: Leud, 1999.

_____. *Redimensionamento da coisa julgada*. *Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil*, v. 5, n. 28, jan./fev. 2009, p. 5-23.

TOMEI, Giovannni. *Cosa giudicata o preclusioni nei processi sommari ed esecutivi*. *Rivista Trimestrale di Diritto e Procedura Civile*, Milano, v. 48, n. 3, p. 827-961, 1994.

TOMMASEO, Ferruccio. *L'esecuzione forzata*. Padova: Cedam, 2009.

TUCCI, Rogério Lauria. *Do julgamento conforme o estado do processo*. São Paulo: J. Bushatsky, 1975.

VIDIGAL, Luís Eulálio Bueno. *Pressupostos e condições da ação*. *Rev. de Direito Civil*, v. 6. São Paulo: Saraiva, 1967.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *A sentença que extingue a execução*. In: _____; (Coord.). *Processo de execução e assuntos afins*. São Paulo: RT, 1998, p. 395-403.

_____; MEDINA, José Miguel Garcia. *O dogma da coisa julgada – Hipóteses de relativização*. São Paulo: RT, 2003.

_____; WAMBIER, Luiz Rodrigues. *Sobre a objeção de pré-executividade. Processo de execução e assuntos afins*. São Paulo: RT, 1998.

_____; _____. MEDINA, José Miguel Garcia. *Os embargos à execução de título extrajudicial*. In: SANTOS, Ernane Fidélis dos; WAMBIER, Luiz Rodrigues; NERY JR., Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (Coord.). *Execução civil: estudos em homenagem ao Professor Humberto Theodoro Júnior*. São Paulo: RT, 2007, p. 626-643.

WATANABE, Kazuo. *Da cognição no processo civil*. 4. ed. São Paulo: Perfil, 2005.

YARSHELL, Flávio Luiz. *Ação rescisória – juízos rescindente e rescisório*. São Paulo: Malheiros editores, 2005.

_____. *Antecipação de prova sem o requisito da urgência e direito autônomo à prova*. São Paulo: Malheiros, 2009.

_____. *Cumprimento da sentença arbitral: análise à luz das disposições da Lei 11.232/2005*. In: BRUSCHI, Gilberto Gomes (Coord.). *Execução civil e cumprimento de sentença*. São Paulo: Método, 2006, p. 191-196.

_____. *Curso de direito processual civil*. São Paulo: Marcial Pons, 2014, v. 1.

_____. *Reflexões em torno da execução para entrega de coisa no direito brasileiro*. In: CRUZ E TUCCI, José Rogério (Org.). *Processo civil - evolução 20 anos de vigência*. São Paulo: Saraiva, 1995, p. 125-140.

_____. *Tutela jurisdicional*. 2. ed. São Paulo: DPJ, 2006.

_____; BONÍCIO, Marcelo José Magalhães. *Execução civil: novos perfis*. São Paulo: RCS Editora, 2006.

ZANZUCCHI, Marco Tullio. *Diritto processuale civile*. Milano: Giuffrè, 1962.

ZAVASCKI, Teori Albino. *Antecipação da tutela*. Rio de Janeiro: Saraiva, 1997.

_____. *Executividade das sentenças de improcedência em ações declaratórias negativas*. *Revista de Processo*. São Paulo: RT, 2012, v. 208.

_____. *Título executivo e liquidação*. 2. ed. rev. São Paulo: RT, 2001.